



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2^a VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA
COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO SP.**

PROCESSO N 1014248-95.2017.8.26.0506

**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**, nos autos da **AO DE
TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE** promovida por **PREFEITURA MUNICIPAL
DE RIBEIRÃO PRETO**, pela advogada e procuradora, infra-assinada, vem com o
devido respeito e acato,  presença de V.EXA. para, relativamente à Medida
Liminar concedida, expor e requerer o que segue.

Primeiramente requer-se fique registrado que a presente
peça processual refere-se tão somente  medida liminar deferida, não se
confundindo com a Contestao, que será apresentada no prazo processual
concedido.

Consta da decisão interlocutória proferida:

***“Determino, outrossim, a proibio de manifestaes e atos pelos
grevistas que impeçam o acesso ao trabalho ou causem ameaça ou
dano a propriedades públicas ou privadas ou às pessoas ligadas ao***



serviço público em geral, sob pena de multa diária de R\$ 20.000,00, por descumprimento.

Conforme demonstra farto noticiário da imprensa local, a paralisao dos servidores tem se dado de forma pacífica, sem o registro formal ou informal de um único incidente. É evidente que estamos diante de uma adesão consciente e voluntária, sem um único ato de impedimento – por parte dos servidores paralisados – de acesso ao trabalho, sem ameaça ou dano a propriedades públicas ou privadas ou às pessoas ligadas ao serviço público.

Na manhã de quarta-feira, 5 de abril, entretanto, em pleno horário de expediente, conforme demonstra reportagem de página inteira do jornal A Cidade, o maior símbolo do poder público municipal, a própria sede da prefeitura, foi transformado, por várias horas, em uma fortaleza privada, com o portão da entrada principal tendo sido “trancado” a mando do Executivo. Não foi uma forma de preveno como quer fazer crer a Prefeitura, pois não havia o menor sinal de conflito, muito menos de qualquer ato de violência. Durante toda a assembleia dos servidores houve o acompanhamento da Polícia Militar. Nem a Polícia e nem a imprensa, que acompanhavam ambas aquela atividade, registraram qualquer conflito. Ao contrário, os servidores que precisavam de acesso aos banheiros públicos se organizavam pacificamente, em filas.

Poucas coisas são mais tristes para o espírito fraterno da sociedade do que saber que uma mncipe, uma servidora pública municipal, acabou, segundo reportagem e testemunhas, urinando na própria roupa por ter sido impedida de utilizar os sanitários do Palácio do Rio Branco, que ficam no piso térreo, e são destinados justamente  populao. O projeto civilizatório de um mundo mais justo, a causa da humanidade, que é estender a mão a quem precisa, poderia viver sem esse triste registro.



Do ponto de vista jurídico, há pelo menos três fundamentos que justificam que a Prefeitura Municipal seja imediatamente punida diante desse fato e que seja impedida de repetir gestos arbitrários como esse. Dois desses fundamentos são ligados à dignidade da pessoa humana, e o terceiro, ao princípio democrático do direito de greve.

- 1. A paralisação dos servidores municipais está se dando dentro de um regime de liberdade e de respeito mútuo. São professores, médicos, enfermeiras, auxiliares de saúde, fiscais fazendários, enfim, uma gama imensa de trabalhadores públicos sem histórico de agressão, violência ou desrespeito as pessoas. Registre-se que um bom contingente de guardas civis municipais aderiu  paralisação e esse segmento da categoria, em particular, tem um dos mais belo histórico de civilidade e respeito à hierarquia. Portanto, a proibição de que municpes, em greve ou não, entrem nos espaços reservados ao público nos prédios municipais é uma violenta agressão  pessoa humana e um tratamento discriminatório;*
- 2. Destratar uma pessoa por estar exercendo o seu direito de greve, isto é, por um direito constitucional garantido pela Justiça nos autos da presente ação, é como discriminar alguém por ser católico, protestante, militante ecológico ou pacifista. É simplesmente injusto, quando não perverso. Se a referida municpe não estivesse em greve ela poderia entrar no saguão térreo do Palácio do Rio Branco e usar os sanitários destinados ao público do referido prédio? Vale dizer: hoje o maior símbolo do poder público deixou de ser público para quem faz greve. Amanhã, quais grupos serão marginalizados pelo comando do Executivo em razão da sua identidade, convicções, suas origens, religião, aparência física ou opção sexual: negros, judeus, povos indígenas, ciclistas, defensores da causa animal, deficientes, mulheres, homossexuais ?*



3. *Em terceiro lugar, é preciso esclarecer que no Palácio do Rio Branco, na sede da Prefeitura, não se encontram apenas as pessoas vinculadas ao governo através de nomeao em cargos comissionados. Ali trabalham dezenas de servidores públicos municipais que, aliás, estão em um período de exercício do direito constitucional de greve. O trancamento dos portões e o impedimento do livre acesso de municpes na área reservada para tal também impede que os servidores que trabalham no Palácio realizem o rodízio de escala de greve determinado pela Justiça através da r. liminar. A discussão no presente processo diz respeito não são ao tratamento social discriminatório contra pessoas, mas também contra o efetivo direito de greve, constitucionalmente previsto e garantido através de r. decisão liminar. O debate de fundo é que, ao impor esse constrangimento a uma servidora e municpe, o Município também desrespeitou frontalmente o espírito da r. liminar exarada.*

O Sindicato Requerido, em nome da referida servidora em particular, e em nome dos mais de dez mil servidores que representa, entende *data máxima vênia*, que tudo o que é correto, justo e legítimo deve encontrar um caminho no Direito e, portanto, pede em caráter de tutela:

- 1. Que o Município seja condenado ao pagamento da multa de R\$ 20.000,00, por descumprimento da r. decisão liminar que ele próprio buscou;**
- 2. Que o Município se abstenha de trancar prédios públicos como forma de marginalizar os servidores em greve que, por força de r. decisão liminar, estão obrigados a cumprir escala de trabalho através de revezamento, sob pena de multa;**



3. Que o Município se abstenha, durante a greve, de realizar através de todos os seus prepostos, atos de segrego, de discriminao, de intimidao e intences anti-sindicais variadas, encobertas através de determinaes praticadas, faladas ou escritas, facilmente passíveis de serem provadas como assédio moral.

A condio humana faz de todos nós parte de uma grande unidade. Toda pessoa marginalizada, segregada e ofendida, como a do caso em tela, toda violao à dignidade de alguém, é uma perda para toda a humanidade.

Portanto, nestes termos,

Pede e espera Justiça.

Ribeirão Preto, 06 de abril de 2017.

REGINA MRCIA FERNANDES

OAB/SP 98.574